

A URSS e a contra-revolução de veludo (II)

Ludo Martens

Primeira parte

Agosto de 1989

Praga, 1968-1989, reflexões antes da tempestade

«Somos testemunhas, na Checoslováquia, de uma situação que, sob vários aspectos, lembra os últimos meses antes da Primavera de Praga, esse breve período de liberalização de Alexander Dubcek em 1968. Então como hoje desaparecia na sociedade o medo diante do regime comunista em derrocada.»¹ O homem que nos apresenta esta análise, largamente partilhada nos meios do poder no Ocidente, ensina História da Europa de Leste na Universidade de Groningue. Na intervenção militar de 21 de Agosto de 1968, participaram, entre outras, as forças armadas da União Soviética, da Polónia e da Hungria. Nestes dois últimos países, as actuais reformas ultrapassam de longe aquelas que Dubcek havia proposto na época. Os serviços secretos ocidentais não escondem a intenção de se apoiar sobre as «conquistas» da Hungria e da Polónia para levar, na Checoslováquia, tanto os dissidentes como os reformadores do Partido, à via da contra-revolução pacífica. Será Praga também muito em breve varrida por uma vaga de fundo pró-capitalista e pró-imperialista? Se a Checoslováquia cair nos braços da Polónia e da Hungria, para saírem em conjunto do socialismo, quais serão as repercussões no seio do Partido Comunista da União Soviética? Como se deve avaliar as reformas de Dubcek de 1968, à luz das reformas capitalistas que acabam hoje de afogar a Hungria e a Polónia socialistas?

Desde há alguns meses que os contactos entre o *Solidarnosc* e os dissidentes checoslovacos se multiplicam. Cinco representantes do *Solidarnosc*, entre os quais Adam Michnik e Jan Litynski, chegaram a Praga em 20 de Julho de 1989 para encontros oficiais com a Carta 77,² com a Igreja e... com Alexander Dubcek. *Solidarnosc* e Dubcek entraram em acordo para qualificar a intervenção de 1968 como «inaceitável e ilegal». A Carta 77 assinou com a nova direita polaca um texto comum que sublinha o «papel inspirador da Mesa Redonda polaca (entre o Partido Comunista e o *Solidarnosc*) para o desenvolvimento político na Checoslováquia.»³

¹*NRC-Handelsblad*, 4 de Julho de 1989, p. 7, artigo de Hans Renner.

²A Carta 77 é a designação de uma petição lançada, em Dezembro de 1976, por dissidentes checoslovacos exigindo ao governo o respeito pelos direitos humanos. Entre os seus primeiros subscritores estava Vaclav Havel, que veio a tornar-se presidente após o derrubamento do regime socialista. (N. Ed.)

³*Le Monde*, 26 de Julho de 1989, p. 4.

Lech Walesa, o porta-voz das multinacionais

Na Polónia, as forças anti-socialistas que se escondem sob a bandeira do *Solidarnosc*, dominam, a partir de agora, toda a vida civil, e o Partido Comunista, tendo perdido praticamente toda a influência no seio das massas, tornou-se no refém impotente do *Solidarnosc*. Lech Walesa é hoje o porta-voz directo das multinacionais na Polónia. Depois de um encontro com Charles-Ferdinand Nothomb, do Partido Social-Cristão, afirmou: «Quando digo “ajuda” não estou a pensar em donativos. Trata-se de investir na Polónia, de aí criar um verdadeiro mercado de capitais, de contribuir para a transformação das estruturas da nossa indústria». Nothomb precisou esta última ideia sublinhando que se trata de uma «verdadeira privatização de certos interesses». Após o que Walesa continuou: «Disse a Nothomb para encorajar a Bélgica a abrir filiais dos seus bancos na Polónia e a entrar com os capitais belgas nas empresas polacas.»⁴ Ao mesmo tempo, Lech Walesa e os seus conselheiros americanos preferem que o Partido Comunista Polaco continue a apodrecer mais dois ou três anos ainda, governando um país onde já não controla praticamente nada, precipitando assim o seu estoíro final. Hoje, na Polónia, os responsáveis do Comité Central do Partido Comunista evocam publicamente a eventualidade da dissolução do Partido ou da sua divisão num partido comunista e num partido social-democrata. «Há quem pense que o Partido pertence ao passado enquanto formação ideológica», confessa Rakowski, o novo secretário-geral.⁵

Marian Orzechowski, membro do Comité Central, é de opinião de que os ditos reformadores são «nostálgicos das leis selvagens do capitalismo».⁶ Homens de esquerda em torno de Alfred Miodowicz, dirigente do sindicato oficial, dizem que os comunistas devem imediatamente reconstituir as suas forças na luta de classe nas bases, contra um regime que já nada tem de socialista.

Hungria: a emergência de uma camada muito rica...

Na Hungria, velhos quadros comunistas, reagrupados na Sociedade Ferenc Munnich e no Centro da Plataforma Marxista, denunciam a «restauração burguesa» no seu país. Os princípios do marxismo-leninismo foram liquidados a tal ponto que o novo número um, Rezso Nyers, já não acha necessário manter as aparências: perfila-se abertamente como um aliado do imperialismo americano, como um representante dos novos capitalistas húngaros e como um correligionário da social-democracia ocidental. Vejamos os factos:

A cimeira dos sete maiores países industrializados, em Paris, decidiu fornecer aos países de Leste «segundo as necessidades e de modo coordenado, uma ajuda económica destinada a transformar e a abrir a sua economia de modo durável».⁷ Traduzindo: em troca de algumas migalhas, os sete impõem medidas económicas que permitem o desenvolvimento do capitalismo privado, um pouco como o fazem com um qualquer país do terceiro mundo. Nyers, o novo presidente do Partido Socialista Operário Húngaro, congratula-se com os resultados da cimeira: «Regoziamo-nos com o facto de os outros seis dirigentes do grupo dos sete tenham seguido a proposta do senhor Bush. O interesse primordial da Hungria, é que os ocidentais que o desejem, a ajudem a evitar a crise financeira».⁸ Que o senhor Nyers vá perguntar aos trabalhadores brasileiros, mexicanos, argentinos, zairenses e filipinos como os imperialistas «ajudam» estes países a «evitar a crise financeira». Quando lhe perguntam se não se trata de

⁴*La Libre Belgique*, 1 de Agosto de 1989.

⁵*Le Monde*, 1 de Agosto de 1989, p. 24.

⁶*Ibidem*.

⁷*Le Monde*, 26 de Julho de 1989, p. 4.

⁸*Ibidem*.

uma ingerência, Nyers responde: «*Não, absolutamente. A democratização política e a instauração de uma economia de mercado relevam do nosso interesse nacional. Aprovei totalmente o senhor Bush quando ele sublinhou que os Estados Unidos se interessam pelos direitos humanos, mas são neutros no que diz respeito aos nossos assuntos políticos internos.*»⁹ É preciso estar possuído por uma paixão doentia pelos Estados Unidos para ousar afirmar, conhecendo as actuações dos americanos contra Cuba e contra a Nicarágua, que a CIA é «neutra» no que respeita aos assuntos internos dos países socialistas. Congratular-se com o interesse dos americanos pelos «direitos humanos» é também cínico: os dirigentes americanos reservam a defesa dos «direitos humanos» apenas aos reaccionários aptos a prestarem-lhes serviços.

«*Parece-me inevitável*», continua o reformador, o progressista, o adversário do stalinismo, o camarada Nyers, «*que, numa primeira fase, as reformas económicas levem à emergência de uma camada social muito rica. Para os mais desfavorecidos, é a política social que permitirá reduzir as desigualdades. Graças à generalização do crescimento, camadas mais amplas deverão em seguida poder melhorar a sua situação.*»¹⁰ Esta concepção não seria repudiada pela senhora Thatcher, se ela devesse ser levada, aquando de um novo desenvolvimento «corajoso» na Hungria, à cabeça do Partido Socialista Operário.

Os sociais-democratas que gerem há oito anos o imperialismo francês constataam a «*crise do comunismo totalitário*» e afirmam que «*a única resposta histórica*» não é, a Leste, o regresso ao capitalismo e, a Oeste, a sua acentuação, mas sim o «*socialismo democrático*».¹¹ Ora está agora claro como água que, na boca de Mitterrand, o «socialismo democrático» é o termo literário mais apropriado para descrever o capitalismo monopolista e o imperialismo com as cores da França. «*Querem organizar a transição para o capitalismo?*», perguntam a Nyers. «*Não, responde o émulo de Mitterrand, o que nós queremos é o socialismo democrático, uma combinação de uma economia de mercado com uma política económica baseada nos valores socialistas. Temos uma oposição que preconiza uma economia de mercado completamente liberalizada.*»¹² À questão seguinte: «*Há diferenças entre os programas económicos dos partidos da oposição (de direita) e o do Partido Socialista Operário*», Nyers responde estupidamente: «*Há diferenças mas não oposição fundamental*».¹³ Sabe-se que entre o capitalismo de Mitterrand e de Rocard e o de Giscard e de Chirac há diferenças, mas não oposição fundamental. Mas nenhum demagogo social-democrata francês cometeria a *gaffe* de o confessar tão abertamente. «*As privatizações são necessárias e úteis*», continua Nyers que, decididamente, engoliu todo o programa de Fabius e de Rocard. «*O processo de privatização não vai fazer desaparecer o capital público nem o das cooperativas, mas vai completá-lo. Nós queremos fazer participar o capital privado numa economia mista.*»¹⁴

Praga 68: o caminho para a Comunidade Europeia?

Na Polónia e na Hungria, o desmantelamento do Partido Comunista enquanto força marxista-leninista de vanguarda, a liquidação dos princípios políticos socialistas, a liberdade para as forças económicas e políticas do capitalismo privado e das multinacionais, tornaram-se evidentes aos olhos de todos os observadores. Como reagem então os porta-vozes da Primavera

⁹Ibidem.

¹⁰Ibidem.

¹¹*Le Monde*, 28 de Julho de 1989, p. 6 e 7.

¹²*Le Monde*, 26 de Julho de 1989, p. 4.

¹³Ibidem.

¹⁴Ibidem.

de Praga diante desta liquidação aberta dos princípios comunistas? Em 1968, eles tinham declarado querer «*libertar o marxismo da deformação stalinista e burocrática*» e «*formular a vocação humanista do movimento comunista*».¹⁵ Que pode haver de mais aliciante do que estas promessas de um marxismo e de um comunismo renovados numa linguagem modernista?

Ora, hoje, Alexander Dubcek insiste, numa carta endereçada em 23 de Junho à direcção do Partido, para que esta não condene os projectos de reformas na Polónia e na Hungria!¹⁶ A «vocação humanista do comunismo» concretizar-se-ia então no capitalismo selvagem húngaro?

Em 1968, Jiri Pelikan foi eleito para o Comité Central, ao lado de Dubcek, no décimo quarto congresso clandestino do PCC. Ele declara hoje: «*Penso que nos países que têm uma tradição mais democrática que a URSS, como a Checoslováquia, a Hungria ou a Polónia, o processo de democratização irá mais depressa e mais longe do que pode ir na União Soviética*». «*O movimento democrático da Europa ocidental deve desenvolver o diálogo com o Solidarnosc ou com a Liberdade e Paz na Polónia, com o Fórum Democrático e outras organizações na Hungria, com a Carta 77, o Comité para a Defesa das Pessoas Injustamente Perseguidas (VONS), a Associação Independente pela Paz na Checoslováquia*».¹⁷ Sabe-se que Brzezinski, o antigo conselheiro de Carter para a Segurança, defendeu recentemente, palavra por palavra, esta mesma tática, a fim de que a ideologia burguesa ocidental fosse importada na Europa de Leste. Ora, Pelikan, o «comunista reformador» de 1968, tem assento, em 1988, no Parlamento Europeu, onde representa o Partido Socialista Italiano. Panegirista do imperialismo europeu, declara: «*A integração dos países da Comunidade Europeia é um passo positivo e necessário para o desenvolvimento dos países ocidentais. Se a Comunidade pode tornar-se um exemplo atractivo de dinamismo económico combinado com a justiça social e com o aprofundamento da democracia, ela pode ter um efeito positivo, nomeadamente nos países da Europa Central e de Leste. Se se pudesse votar amanhã na Europa Central sobre a adesão à Comunidade Europeia, haveria 90 por cento de votos favoráveis*».¹⁸ Será por acaso que certos porta-vozes, aqueles que mais deram nas vistas na Primavera de Praga, são hoje ideólogos do imperialismo europeu e outros, entre eles, partidários da via húngara para o capitalismo?

Dubcek era um Rocard checo?

Já em 1968 a ideologia dominante da equipa de Dubcek é claramente de orientação social-democrata. Os seus ataques contra a ditadura do proletariado são, palavra por palavra, uma cópia das teses de Vandervelde e de Kautsky. Dubcek declara: «*Até agora [1968], as ideias a favor do socialismo e do comunismo eram produto das condições de agravamento dos conflitos de classe na época da ditadura do proletariado e da industrialização. Erigem assim em sistema instituições e métodos provisórios que não são senão um mal menor e estão, na verdade, em contradição com os fins humanistas do movimento*».¹⁹ Estas posições de Dubcek em nada se distinguem das de Vandervelde, esse chefe do Partido Socialista Belga que se tornou o apologista do imperialismo e do colonialismo belga. Nos nossos dias, poucos se lembram a que tipo de demagogia este homem teve de recorrer para conter as massas exasperadas pelos horrores da guerra imperialista. E, em 1918, no momento em que

¹⁵*Le Congrès clandestin - le 14e congrès extraordinaire*, ed. Seuil, 1969, p. 148 e 146.

¹⁶*De Standaard*, 3 de Agosto de 1989.

¹⁷Forum-dissidences n° 1, Maio de 1989, Genebra, p. 26-27.

¹⁸*Le Monde*, p. 14.

¹⁹*Le Congrès clandestin*, pp. 145-146.

Vandervelde entrava no mundo selecto dos gestores do capitalismo, conter e depois despedaçar a força revolucionária das massas revoltadas, era precisamente o que a burguesia lhe pedia. Eis em que termos o chefe socialista se dirigia aos trabalhadores belgas: «*A ditadura do proletariado, sim, para quebrar as resistências burguesas, para abrir, pelo ferro e pelo fogo que seja, as vias para a Revolução social*». (Eis os termos estrepitosos que na época devia usar um traidor para manter a sua influência sobre as massas radicalizadas!) Depois continuava: «*Mas a ditadura a título de expediente, de expediente temporário, e não o prolongamento indefinido do estado de sítio e do terror colocando os outros partidos fora da lei.*»²⁰ Hoje, Dubcek faz eco ao velho Vandervelde: a ditadura do proletariado, sim, a título provisório, já que esta desafina com esse humanismo que partilho com a burguesia...

Mas tornemos à Checoslováquia de 1968. A fim de amaciar a vigilância política dos comunistas, Dubcek afirma: «*A luta de classes cessou de ser um aspecto importante da evolução social no nosso país.*»²¹ A cada crise política num país socialista, os oportunistas escarram esta tese para proteger os nostálgicos do paraíso burguês. Para Dubcek, é preciso deixar de reprimir os contra-revolucionários e os novos capitalistas e, pelo contrário, acordar-lhes o direito de criar partidos políticos: «*Ultrapassando os limites da luta de classes, a sociedade socialista deve encarar a liquidação das funções constrangedoras dos seus órgãos de Estado e a desmonopolização das suas actividades no domínio político.*»²² Estas ideias primaveris de 1968 encaixam-se perfeitamente com os elogios da Democracia Ocidental que nos chegam hoje da Hungria e da Polónia.

E quanto ao elogio da Liberdade com maiúscula, quer dizer da liberdade de explorar, de acumular, de fazer frutificar o capital privado? Eis algumas das ideias chave da nova política económica de Dubcek, formulada na época pelo seu amigo Kolder. «*Empresas socialistas autónomas, separadas do Estado, agindo por conta própria e expostas às pressões do mercado e da concorrência económica, constituem-se como sujeitos da economia de mercado.*» É preciso desenvolver o «*mercado de investimentos e de trocas internacionais*», o «*mercado do trabalho como instrumento da modificação das estruturas dos salários*» e «*tornar a dar aos preços a sua função económica em relação com os preços do mercado mundial.*»²³ É o que apregoam nos nossos dias os amantes do FMI que reinam sobre Budapeste e sobre Varsóvia.

O advento da Primavera de Praga, em 1968, suscitou nos nababos do Ocidente as mesmas reacções entusiastas que acompanham hoje as reformas na Hungria e na Polónia. No seu livro *A alternativa da Cisão*, publicado em 1965, Brzezinski afirma que na Europa de Leste, «*o modo de transição mais desejável deveria começar por uma liberalização interna*», «*isto diz respeito em primeiro lugar à Checoslováquia*». Em 14 de Junho de 1968, Brzezinski deu uma conferência em Praga... como o fez recentemente em Varsóvia. Ele declarou na época: «*Parto da tese de que o leninismo está ultrapassado nas condições da sociedade desenvolvida actual*». Depois exprimiu o seu apoio «*à interessante experiência checoslovaca*». ²⁴ Após a intervenção soviética, o social-democrata austríaco Kreitsky disse ao jornal *Die Welt*: «*Na Checoslováquia desenvolvia-se justamente a última fase de um verdadeiro processo de democratização. A Checoslováquia tinha cessado de ser um Estado de ditadura comunista. O*

²⁰*Faut-il changer notre programme?*, 1921, p. 101.

²¹*Le Congrès clandestin*, p. 258.

²²*Ibidem*, p. 156.

²³*Ibidem*, p. 158 et 300.

²⁴Citado em: *Les événements en Tchécoslovaquie: Faits, documents, presse, témoignages*, Moscovo, 1968, p. 90-91.

*aparelho do poder da ditadura comunista estava paralisado pelo desenvolvimento interno.»*²⁵ Assim, a ouvir os ideólogos mais informados das nossas multinacionais, a Primavera de Praga antecipou de longe a presente contra-revolução pacífica de Budapeste.

A luta de classe continua sob o socialismo

O imperialismo dispõe de forças produtivas superiormente desenvolvidas, organiza cientificamente a exploração da classe operária, arranja vantagens suplementares pilhando as riquezas do terceiro mundo. Tudo isto permite-lhe levar a cabo ofensivas económicas, políticas e ideológicas contra os países socialistas. Longe de se atenuar, como pretendem os cansados do marxismo, estas ofensivas redobram de força por causa da crise geral do imperialismo e graças aos meios suplementares que a revolução tecnológica oferece. No interior dos países socialistas, o imperialismo encontra os interesses dos antigos reaccionários e capitalistas que se mantêm, durante dezenas de anos, enquanto forças ideológicas e políticas. Vai também ao encontro dos interesses de uma fracção de burocratas e de altos funcionários que apenas procuram o seu interesse pessoal. O combate pela edificação de uma sociedade socialista continua a ser uma tarefa relativamente nova. Erros e mesmo erros graves são inevitáveis; depois, a cada nova fase do desenvolvimento, surgem novos problemas. A ideologia burguesa continua a ser, de longe, no mundo, a mais elaborada, a mais documentada, aquela que dispõe de meios de comunicação mais poderosos.

A cada curva, quando se trata de corrigir os erros ou de abordar novos problemas, os aprendizes de feiticeiro, imbuídos de Dallas,²⁶ negam a essência revolucionária do que no passado foi realizado, fazem uma avaliação unilateralmente negativa, para finalmente rejeitar os princípios fundamentais do marxismo-leninismo. Assim, Pelikan retoma a linguagem dos capitães da guerra-fria, afirma que foi montado na Checoslováquia um «*sistema burocrático e policial do socialismo*» entre 1948 e 1968. Que será substituído, pretende Pelikan, por um outro sistema totalmente diferente, por «*um socialismo de rosto humano.*»²⁷

Corrigir os erros e resolver os novos problemas, pressupõe um esforço consciente e sustentado para manter e desenvolver o espírito revolucionário e os princípios comunistas. É evidente que a equipa de Dubcek tinha deliberadamente rejeitado esta posição de classe. Pelikan afirma que, em 1968, «*os comunistas eram verdadeiros porta-vozes da sua nação e o partido era a sua força dirigente*». Não havia senão «*os nossos stalinistas que brandiam o argumento segundo o qual o socialismo estava gravemente ameaçado pelas forças de direita*». «*Nenhuma mudança na estrutura económica e social foi concretizada [no decurso da Primavera de Praga]*».²⁸ Pelikan apresenta deste modo uma «defesa do comunismo» puramente verbal que esconde os propósitos práticos de natureza social-democrata e liberal. Se nenhuma mudança foi concretizada nas estruturas económicas, as razões disso foram estritamente de ordem táctica: não deviam ser revelados prematuramente os seus planos de restauração. Mas ninguém se enganava sobre a orientação política e ideológica em direcção ao mercado, à livre empresa e ao pluripartidarismo burguês. Pelikan, que negava em 1968 a presença das forças de direita e afirmava defender a propriedade colectiva dos meios de produção, alinha hoje publicamente ao lado dos reaccionários do *Solidarnosc* e das multinacionais da Comunidade Europeia.

²⁵Ibidem, p. 89.

²⁶Alusão à conhecida série de TV norte-americana «Dallas», produzida entre 1978 e 1991, pela CBS, que descreve as intrigas entre duas famílias nos meios da alta sociedade texana. (N. Ed.)

²⁷*Le Congrès clandestin ...*, p. 357 e 346.

²⁸Ibidem, p. 346 e 348.

A intervenção: escolher entre dois males?

Em 1968, o Partido Comunista da Checoslováquia, paralisado pela direcção de direita de Dubcek, não tinha a força necessária para vencer as forças anti-socialistas que irrompiam no país. Se a Checoslováquia houvesse mantido Dubcek à sua cabeça, teria provavelmente conhecido, no decurso dos anos 70, a evolução à qual assistimos hoje na Hungria. A intervenção soviética de 20 de Agosto de 1968 travou as actividades dos grupos anti-socialistas e contra-revolucionários ligados ao Ocidente e golpeou a ala revisionista do Partido checoslovaco. Mas também reforçou e consolidou os sentimentos anti-soviéticos e anticomunistas numa parte das massas que, por diversas razões, haviam seguido os dirigentes da Primavera social-democrata de Praga.

A direcção do Partido e do Estado, nas mãos do grupo de Dubcek, opôs-se à entrada das tropas do Pacto de Varsóvia. A intervenção violava claramente a independência nacional e a soberania da Checoslováquia. Tal podia justificar-se no quadro da luta mundial entre o imperialismo e o socialismo. Mas o assunto complicava-se mais, posto que a União Soviética, que intervinha na Checoslováquia para pôr fim a uma degenerescência de direita declarada, conhecia ela própria desvios extremamente graves. Khruchov tinha liquidado os princípios da ditadura do proletariado. O burocratismo, com o seu cortejo de corrupção e de privilégios, desenvolvia-se há 12 anos na União Soviética. Um marxismo formalista afastava muitos quadros da vida real do povo. O aparelho militar pesava cada vez mais sobre a economia e a vida política. A União Soviética de Bréjnev pouco caso fazia do princípio da igualdade entre os partidos comunistas e espezinhava a sua independência; praticava a ingerência, o controlo e a hegemonia. A teoria da «soberania limitada» dava à União Soviética um direito de intervenção e de ingerência nos assuntos internos dos partidos cuja orientação parecia, vista de Moscovo, pôr em perigo as conquistas do socialismo.

Como analisámos, na época, estes acontecimentos? Sabíamos que forças sociais-democratas amadureciam sob a Primavera de Praga e que uma deriva para o capitalismo era provável, senão mesmo certa. Mas uma outra ameaça parecia-nos mais grave ainda: a intervenção militar soviética impunha-se-nos como sinal manifesto de uma tendência para a hegemonia de uma União Soviética onde o revisionismo havia triunfado sob Khruchov e Bréjnev. Acreditámos que este último aspecto era de longe o mais importante, o mais fundamental e o mais duradouro. Sobre esse ponto a história não nos deu razão. O Partido do Trabalho da Albânia teve razão, em 1968, em falar de uma confrontação entre os ultra-revisionistas do séquito de Dubcek e os seus pais espirituais, os revisionistas em torno de Bréjnev. Tivemos tendência a pôr uma surdina à crítica ao revisionismo nos países socialistas. O combate contra o hegemonismo soviético, sem dúvida tarefa importante a nível mundial, obscureceu muitas vezes a luta contra o revisionismo. Hoje torna-se mais claro que a tendência hegemónica da União Soviética não era tão duradoura e fundamental como nós pensámos durante todos estes anos.

A União Soviética de 1989 está paralisada por uma economia de fraco desempenho e por conflitos entre nacionalidades de uma extrema gravidade. A direcção do PCUS adoptou importantes mudanças de política, nomeadamente reconhecendo a cada país socialista o direito de definir a sua linha em absoluta independência. Hoje, sabendo que uma nova intervenção soviética está praticamente excluída, os serviços secretos ocidentais querem fazer uma reencenação da Primavera de Praga: táctica hábil para reagrupar a direita checoslovaca e encaminhá-la para a via polaca e húngara.

Fidel Castro e a intervenção em Praga

A intervenção soviética de 1968 foi diversamente interpretada pelos partidos comunistas. O

Partido Comunista Belga, é claro, denunciou a intervenção na base da sua adesão às posições antimarxistas e antileninistas do grupo de Dubcek. Os partidos revolucionários que se sentiam directamente ameaçados pela tendência para a hegemonia da União Soviética, acentuaram o aspecto da ingerência, ocupação, violação da soberania; é o caso, entre outros, dos partidos chinês, albanês e romeno. Outros partidos revolucionários pensaram que a política pró-capitalista de Dubcek constituía o aspecto principal da contradição. Foi o caso do Partido Comunista de Cuba. A tese essencial de Fidel Castro foi assim formulada: «*O campo socialista não podia permitir o desenvolvimento de uma situação política que teria conduzido ao afastamento de um país socialista e à sua queda nos braços do imperialismo*».²⁹ Ao mesmo tempo, Fidel Castro sublinha que «*o remédio era dramático, draconiano e doloroso. Esta decisão não pode explicar-se senão do ponto de vista político e não do ponto de vista legal. Não tem um vestígio de legalidade. A soberania (da Checoslováquia) teve de ceder diante do interesse mais importante dos direitos do movimento revolucionário mundial e da luta dos povos contra o imperialismo*».³⁰ Fidel Castro assinala também que a intervenção soviética não poderá resolver duradouramente os problemas fundamentais que minam o Partido na Checoslováquia: «*Os métodos burocráticos na direcção do país, a falta de contacto com as massas – questão essencial de todo o movimento revolucionário –, a negligência dos ideais comunistas*».³¹ Fidel critica o «*afrouxamento e amolecimento do espírito revolucionário dos países socialistas: ignorância dos problemas do mundo subdesenvolvido, ignorância da horrível miséria que subsiste, tendência a conservar práticas de comércio com os países subdesenvolvidos que são as mesmas que as do mundo capitalista*».³²

Uma Checoslováquia entregue ao liberalismo

É sempre difícil dizer qual era, em 1968, o menor dos dois males.

Uma Checoslováquia liberalizada, introduzindo estruturas burguesas de tipo social-democrata, teria impulsionado fenómenos de degenerescência em toda a Europa de Leste, como a Hungria o faz actualmente. Quais teriam sido as consequências do ponto de vista da luta anti-imperialista e anticapitalista mundial?

Não é inútil lembrar, aqui, em que contexto histórico a Primavera de Praga eclodiu. Em 1964-65, os Estados Unidos e a Bélgica esmagam a insurreição camponesa no Congo-Kinshasa; em 1965, os *marines* desembarcam em S. Domingos e, na Indonésia, Suharto massacra entre 500 mil e um milhão de «comunistas»; em 1967, os sionistas israelitas agridem a Jordânia, o Egipto e a Síria; em 1968, a guerra do Vietname está no auge, a agressão americana contra o Cambojia está ainda para vir. A resistência desenvolve-se nas colónias portuguesas. A Etiópia, o Irão, a Nicarágua continuam sob a pata de regimes neocoloniais e feudais.

O Partido checoslovaco, embora mais sólido que os partidos húngaro e polaco, não teria provavelmente podido encontrar forças suficientes no seu próprio seio para pôr fim ao desvio de direita, transformado em torrente pelo apoio ocidental. O triunfo da contra-revolução social-democrata na Checoslováquia, em 1968, teria provocado movimentos do mesmo género na Hungria e na Polónia. É difícil imaginar como a Europa de Leste, nestas condições, teria escapado às guerras civis, nas quais, mais tarde ou mais cedo, se teriam envolvido os Estados Unidos e a União Soviética. Os movimentos anti-imperialistas no conjunto do terceiro mundo teriam sofrido as consequências disso.

²⁹Fidel Castro, Alocução de sexta-feira 23 de Agosto de 1968, Instituto del Libro, p. 10.

³⁰Idem, *ibidem*, p. 10 e 19.

³¹Idem, *ibidem*, p. 12-13 e 15.

³²Idem, *ibidem*.

Não intervenção e internacionalismo

Seja como for, a história realizou o outro mal, o da perda de influência e de crédito para o movimento comunista, devido à violação da independência da Checoslováquia e à prática do hegemonismo pela União Soviética.

Mas para estar à altura de fazer uma estimativa correcta da intervenção soviética de 1968, importa pormo-nos de acordo, antes do mais, sobre um certo número de princípios de base.

Na luta pelo comunismo, os interesses imediatos devem subordinar-se aos interesses fundamentais, os interesses da parte aos interesses do conjunto do movimento. A política e a tática devem ser definidas depois de uma análise concreta da situação presente do movimento comunista internacional e da situação política nacional e internacional. Quer dizer que não há «receitas» aplicáveis a todas as situações.

Pouco depois da agressão nazi de 1 de Setembro de 1939, o governo reaccionário polaco foi derrotado. Em 1920, a Polónia feudal tinha anexado a Ucrânia e a Bielorrússia ocidentais, instaurando aí um regime de terror e opressão para os ucranianos, os bielorrussos e os judeus. Em face da queda do regime polaco, o Exército Vermelho entrou nesses territórios, eliminou as forças dos senhores das terras, encontrando um grande entusiasmo entre os operários e os camponeses pobres. Os interesses da luta antifascista, da defesa da União Soviética socialista e das massas oprimidas da Ucrânia e da Bielorrússia ocidentais deviam prevalecer sobre a independência formal destes territórios. A intervenção do Exército Vermelho tornava possível a expressão, pela maioria da população, do seu ódio ao fascismo e do seu apoio ao regime soviético.

Depois da vitória sobre as forças nazis em 1944-45, a presença do Exército Vermelho facilitou o desenvolvimento da luta das classes oprimidas na Checoslováquia, na Polónia, na Hungria e na Roménia. Nessa época, a ameaça principal para a independência destes países, para não falar dos interesses das classes trabalhadoras, residia na política agressiva da aliança anglo-americana, como o prova a sua agressão contra a Grécia antifascista. Um pretensão «respeito absoluto» da independência destes países, tê-los-ia entregado, de facto, à dominação anglo-americana, como foi o caso da Turquia, da Grécia e da Itália. A presença do Exército Vermelho nesses países permitiu contrariar as intrigas americanas e proteger o desenvolvimento das forças revolucionárias e democráticas.

Não podemos julgar o período de 1944-45 em função do critério absoluto de «oposição a qualquer forma de ingerência da parte da União Soviética», abstraindo-nos da luta de classes internacional e da política de conquista e de dominação americana. A crítica que Stáline e o PCUS formularam em 1948 contra a linha desenvolvida por Tito era provavelmente correcta no essencial. É o que o Partido Comunista da Albânia sempre defendeu. Noutras circunstâncias históricas, o Partido Comunista da China expressou a sua oposição a qualquer forma de ingerência nos assuntos dos outros partidos e, por consequência, denunciou a crítica de Stáline contra Tito. Enver Hoxha e o Partido albanês afirmaram que esta posição relevava do nacionalismo burguês e lançava às urtigas considerações ideológicas e políticas. Ora, a evolução na Jugoslávia deu antes razão a Stáline e à sua crítica da linha burguesa de Tito. No entanto, Stáline e o partido bolchevique, a partir da análise da situação internacional no seu conjunto, decidiram não intervir militarmente na Jugoslávia para aí defender o socialismo ameaçado, segundo eles, nos seus fundamentos.

O internacionalismo proletário exige que os interesses do conjunto do campo socialista prevaleçam sobre os interesses da parte. Mas esses interesses do conjunto devem ser definidos de comum acordo entre os partidos verdadeiramente comunistas. A intervenção do Exército Vermelho em Berlim, em 1953, era necessária para salvar o socialismo na RDA. A intervenção na Hungria, em 1956, era também necessária para derrotar uma contra-revolução dirigida

pelas forças fascistas e pró-americanas. Mas este caso contém já múltiplas complicações pelo facto de que Khruchov, ao mesmo tempo que esmagava a contra-revolução, desenvolvia ele próprio posições revisionistas e portanto uma política de conciliação com o capitalismo e o imperialismo.

A intervenção na Checoslováquia está ainda mais sujeita a discussão.

A catástrofe retardada...

De qualquer modo, hoje, foi amplamente provado que a União Soviética não podia defender validamente as conquistas do socialismo mundial praticando o revisionismo nos seus assuntos internos e o hegemonismo nas suas relações exteriores. O Partido Comunista da Checoslováquia, estando ideológica e politicamente corrompido, necessitava de corrigir radicalmente os seus erros, sem o que a sua derrocada deveria, mais tarde ou mais cedo, produzir-se. Neste caso, a intervenção soviética não faria senão retardar a catástrofe.

Para defender validamente e a longo prazo as conquistas do socialismo internacional, a União Soviética deveria provar a superioridade do seu desenvolvimento económico e da sua democracia socialista. Os quadros do Partido soviético deveriam ser exemplos no que respeita ao espírito revolucionário, à ligação às massas e à prática da ajuda desinteressada ao movimento revolucionário mundial. O Partido Comunista da União Soviética deveria realizar análises materialistas, penetrantes e convincentes das diferentes correntes oportunistas que atravessavam a comunidade socialista, respeitando simultaneamente a independência e a autonomia dos outros partidos. Ora, na década que se seguiu a 1968, os dirigentes do Partido e do Estado soviético perderam todas as qualidades marxistas-leninistas e as suas intervenções e *diktats* já não procediam de uma política marxista-leninista autêntica.

Além disso, assim que a maioria da direcção checoslovaca adoptou uma orientação liberal e social-democrata para a construção socialista, os comunistas autênticos deste país não deveriam ficar à espera essencialmente da ajuda exterior, como fizeram muitas vezes, mas sim retomar o caminho do trabalho revolucionário na base, pois somente as classes trabalhadoras, armadas de um ideal socialista, podem constituir a firme garantia de uma correcção no sentido marxista-leninista.

A autocrítica do Partido Comunista da Checoslováquia

Depois da normalização, o Partido Comunista da Checoslováquia formulou um certo número de conclusões correctas da experiência dramática que tinha acabado de viver.

«Uma das causas determinantes desta evolução catastrófica foi a penetração gradual nos órgãos dirigentes do Partido de pessoas que haviam mais ou menos traído o marxismo-leninismo e o internacionalismo proletário, que violavam as normas da vida do Partido e os princípios do centralismo democrático. Esta gente tomou gradualmente lugar cimeiro na direcção do Partido. No decurso dos últimos anos, o ponto de vista de classe sobre os problemas enfraquecera-se, a vigilância revolucionária e os princípios ideológicos sofreram recuos, os métodos pequeno-burgueses desenvolveram-se assim como o arrivismo e o oportunismo. A formação do homem socialista, a grande luta pela sua consciência socialista, a luta contra a inércia, contra as tendências estranhas ao ponto de vista de classe, não estavam fundadas num programa eficaz, adaptado às nossas condições, em que se manifestava a acção de fortes camadas da pequena burguesia e de diversas tradições e influências sociais-democratas. Os aspectos internacionais da nossa evolução, determinados pelo agudo antagonismo de classe do mundo contemporâneo, reforçavam substancialmente a urgência da luta política e ideológica. Não foi travada uma luta suficiente contra o oportunismo de direita crescente no Partido, que reflecte a acção das camadas pequeno-

burguesas e das influências internacionais. A direcção do Partido também não tirou as conclusões necessárias da contra-revolução húngara e não preparou o Partido para defrontar os métodos de diversão ideológica que os imperialistas começaram a usar como arma principal contra os países socialistas.»³³

Estas análises parecem-nos válidas. Mas a questão permanece: o Partido Comunista da Checoslováquia terá encontrado os meios para realizar as rectificações profundas que deveriam seguir-se? Não temos as informações necessárias para fazer essa apreciação. Medidas autoritárias contra os inimigos do socialismo eram sem dúvida necessárias em 1968. Mas a permanência do seu efeito depende da tenacidade dos esforços para corrigir, na base, os erros políticos que tornaram possível o desenvolvimento das teses pró-capitalistas e pró-imperialistas. A redobrada ofensiva do imperialismo contra os países socialistas a que assistimos hoje, colocará à prova a direcção checoslovaca. Os factos mostrar-nos-ão em breve se ela foi capaz, no decurso das duas décadas passadas, de reconquistar a confiança das massas e de reganhar uma parte dos comunistas que se afastaram do Partido seguindo a tendência de Dubcek.

Carta 77: a voz da *Radio Free Europe*

Não estamos em condições de prever se a direcção do Partido Comunista da Checoslováquia terá a capacidade política necessária para repelir os ataques renovados do imperialismo e dos seus agentes que actualmente efectuam tantas devastações na Polónia e na Hungria.

No entanto, o que podemos desde já afirmar é que a Carta 77 terá um papel importante em todo o movimento anti-socialista que se verifica na Checoslováquia.

Unindo estreitamente os seus esforços, os reaccionários checoslovacos e os meios de informações ocidentais fizeram há muito o balanço da experiência da luta de classes no socialismo. Em torno de um núcleo duro de anticomunistas, visam constituir um movimento tão largo quanto possível sobre uma plataforma democrática, ampla, «inocente». Exploram qualquer expressão de descontentamento, qualquer erro da parte do Partido, para alargar a audiência do seu movimento «democrático». Graças às suas estreitas relações com as rádios e os media ocidentais, a CIA e os outros serviços secretos asseguram uma larga publicidade aos corajosos «movimentos democráticos» em luta contra os «stalinistas». A Carta 77 foi concebida segundo este esquema.

Duas forças constituíram a Carta 77: a direita católica e a social-democracia alérgica ao socialismo real. Mas para se encontrar à altura de tocar um público mais largo, os seus iniciadores fizeram um grande esforço para juntar uma terceira força, a dos revisionistas saídos do Partido Comunista.

Jan Tesar, um dos signatários da Carta, sublinha esta «necessidade do pluralismo político» e prossegue: «*Só a cooperação entre as três tendências fundamentais pode permitir o desenvolvimento de uma luta contra o despotismo*».³⁴ Jiri Nemeč, outro signatário, é um representante da tendência reaccionária cristã que gosta do *underground* e dos seus grandes concertos de rock... porque, diz ele, «*o underground procura a sua orientação no Evangelho*». Nemeč encontrou a sua própria orientação nas obras dos filósofos da extrema-direita, Teilhard de Chardin – no seu período fascista –, Hannah Arendt e Heidegger, com a sua conversa incompreensível sobre a liberdade, sobre «*a existência própria, autêntica, o homem pensando-se em referência ao seu próprio fim*», conversa que orna a preceito a liberdade de explorar. Após esta citação de Heidegger, Jiri Nemeč continua: «*A teoria evangélica e a teoria*

³³ *XI^o Congrès du Parti communiste de Tchecoslovaquie*, Praga, 1971, ed. Orbis, p. 19 e 16.

³⁴ *Listy*, órgão da oposição socialista checoslovaca, n.º 8, 1978, p. 19.

*católica conduzem às fontes profundas da liberdade humana.» O homem livre é «o contrário do revolucionário clássico que não espera senão a ocasião da sua vida para se colocar à frente das multidões em delírio».*³⁵

Rudolf Battek, antigo deputado no Conselho Nacional Checo, signatário da Carta 77, é um anticomunista que se reclama da social-democracia. Verberando o «totalitarismo» que reina na Checoslováquia, é de opinião de que uma «*solução alternativa, num sistema totalitário, não se pode reduzir a "saladas reformistas" (...) Não se pode eliminar o sistema totalitário sem afastar por uma política apropriada todos os elementos de uma estrutura de ditadura política*».³⁶

Jiri Hajek, antigo ministro dos Negócios Estrangeiros de Dubcek, comunista «reformador», foi o porta-voz da Carta 77 no princípio da sua existência. O «comunismo democratizado» da Primavera de Praga continua a ser o seu ideal. Mas aceitou servir de biombo a todos os anticomunistas, prevendo, já em 1978, «*uma explosão de ressentimento popular muito mais espontânea e violenta do que tudo o que se pôde ver em 1968*», no caso de o apoio soviético ao PCC deixasse de estar garantido.³⁷

Em Agosto de 1978 tiveram lugar os primeiros encontros entre a Carta 77 e o KOR³⁸ polaco representado por Adam Michnik, Jacek Kuron, Jan Litynski, três dos principais dirigentes do *Solidarnosc*. Comentando a Primavera de Praga, diziam então numa declaração comum: «*Toda a Europa democrática colocava as suas esperanças nos processos de democratização, nos quais via uma tentativa de criar uma alternativa a um sistema totalitário*». Assim, o *Solidarnosc*, com a sua orientação abertamente anticomunista, era desde logo considerado como seguimento lógico da Primavera de Praga e do seu pretensu «*socialismo de rosto humano*». Em 1978, a Carta 77 e o KOR assinaram também acordos de troca de informações e de apoio mútuo e estabeleceram contactos com os «defensores dos direitos humanos» na Arménia, na Geórgia, na Lituânia e na Ucrânia.³⁹

Rumo à luta final?

Este ano, a Carta 77 lançou um apelo intitulado «*Algumas frases*», com o propósito de servir para «*uma acção permanente e de massas, uma espécie de referendo nacional*». Proclamado na quinta-feira, 29 de Junho de 1989 na *Radio Free Europe*, o apelo exige no seu ponto quatro: «*Libertar os media e a actividade cultural (na Checoslováquia) de qualquer forma de manipulação (...), abri-los a um debate livre*». Infelizmente para os «democratas» da Carta 77, algumas das suas consignas, enviadas à *Radio Free Europe*, foram tornadas públicas. Tratava-se, de facto, de um detalhado plano de batalha, indicando o que havia a fazer semana a semana, plano destinado à *Radio Free Europe*, assim como à *BBC* e à *Voz da América*. Os seus redactores insistem fortemente na necessidade de publicar o apelo no *Le Monde*, *The Times*, *Frankfurter Allgemeine Zeitung*, etc. Todas estas consignas confidenciais mostram claramente que o caminho da Carta 77, dirigido às massas checoslovacas, passa essencialmente pelas emissões das rádios pertencentes aos serviços secretos ocidentais e pela grande imprensa do mundo imperialista. «*Chegámos a acordo com os polacos*», a Carta 77 nas suas directivas

³⁵Listy , n.º 15-16, 1980, p. 29-33.

³⁶Ibidem, p. 28.

³⁷Jiri Hajek, *Dix ans après*, ed. Seuil, 1978, p. 200.

³⁸KOR, iniciais polacas de Comité de Defesa dos Operários, estrutura clandestina criada em 1976 pelos opositores ao socialismo na Polónia. Em Outubro 1981 dissolve-se durante o congresso do Solidarnos em Gdansk. (N. Ed.)

³⁹Listy , n.º 9, 1978, p. 23.

confidenciais, «para que, logo a seguir à publicação de «Algumas frases», a coisa seja apoiada publicamente pela fracção parlamentar do Solidarnosc. Vamos tentar obter o apoio dos húngaros.»⁴⁰ É desde então evidente que a Carta 77, de mão dada com a CIA, se prepara para a «luta final».

Acrescentemos que o trotskista Petr Uhl se encontra entre os mais activos deste concílio de anticomunistas, reunidos em torno da Carta 77. Gaba-se, aliás de ser um dos principais redactores desta Carta. Assinala que a oposição saída do Partido Comunista da Checoslováquia e que seguia a linha Dubcek-Mlynar, recusou sempre aderir à Carta 77. Confessa também que «a maioria dos signatários, ou seja quase todos», não quer ouvir falar do marxismo.⁴¹ Como em todos os países socialistas, os trotskistas apoiam na Checoslováquia a agitação empreendida pela CIA e por todo o arco-íris dos nostálgicos do mercado livre, pretendendo que essa bela gente ajude, inconscientemente, a vanguarda trotskista a realizar a sua «revolução política antiburocrática» que destruirá o «sistema stalinista»...

Por trás de Petr Uhl, o seu porta-voz checo, o grupo de Mandel alinha fogosamente com a grande subversão. A imprensa trotskista titula, em 15 de Novembro de 1988: «Checoslováquia: chegou o momento das grandes mudanças?» O artigo abre com um elogio a Vaclav Havel, esse escriba que se ufana da sua coragem na defesa das ideias da extrema-direita: «Quando as pessoas tiveram a coragem de defender abertamente as suas ideias, o momento das grandes mudanças terá chegado. Assim se exprimia Vaclav Havel, porta-voz do grupo checo dissidente da Carta 77.»⁴² O grupo Mandel sabe perfeitamente que «as ideias» que Havel, Nemeč e Batteč têm «a coragem de defender» são as da direita pró-ocidental. Mas, pegando nos termos utilizados pelo próprio Havel, apresenta a realização destas ideias como «o momento das grandes mudanças». Hoje, que o andamento pró-capitalista na Hungria se tornou evidente, Mandel afirma que os movimentos de revolta na Checoslováquia, são «ajudados pelas mudanças nos países vizinhos, a Hungria, por exemplo». Para combater o Partido Comunista da Checoslováquia e os fundamentos socialistas da Checoslováquia, os trotskistas retomam o programa social-democrata e pró-imperialista de Dubcek. Apoiam a linha de certos reformadores do partido checoslovaco, que propõe «mais iniciativas para as empresas, a introdução de certos mecanismos de mercado, assim como um espaço mais amplo deixado à iniciativa privada. Enfim, uma verdadeira perestroika à moda checa. Tão indispensável como na URSS, se o país quer escapar à catástrofe económica». Mas, afirma a IV Internacional, esta excelente linha reformadora coloca um problema político insolúvel aos actuais dirigentes stalinistas já que essas reestruturações «se assemelham estranhamente à reestruturação começada na Primavera de Praga sob a batuta do economista Ota Sik...» Depois, prosseguem os nossos trotskistas, os burocratas checos «têm um pavor medonho do Vento de Leste, da política de glasnost. Compreende-se: a glasnost lembra-lhes a Primavera de Praga, com as suas publicações livres.»⁴³

Assim, uma vez mais, Mandel embrulha em embalagem cor-de-rosa, a sua mercadoria liberal, na ocorrência, a defesa da linha social-democrata da Primavera de Praga.

É de esperar que nos meses e anos que aí vêm, a luta de classes se acentue na Checoslováquia, sob a redobrada pressão das potências imperialistas. O seu resultado terá grande significado para o conjunto dos países socialistas. Se o liberalismo económico e político deve submergir a Checoslováquia, então a Jugoslávia, a Hungria, a Checoslováquia e a Polónia

⁴⁰ Citado em: *Le scénario et la mise en scène de Quelques Phrases*, Rude Pravo, 22 de Julho de 1989.

⁴¹ *Listy*, n.º 8, 1978, p. 24 et 26.

⁴² *La Gauche*, 15 de Novembro de 1988, p. 11.

⁴³ *Ibidem*.

constituirão uma zona contínua onde as multinacionais poderão exercer o seu poder. A República Democrática Alemã será completamente cercada. A maré das ideias capitalistas influenciará os direitistas que se escondem na equipa de Gorbatchov. O confronto entre o grupo pró-capitalista de Sákharov-Éltsine e os marxistas-leninistas autênticos será inevitável; onde se situará Gorbatchov na hora da batalha decisiva?

Outubro de 1990

Post-scriptum

Eles estavam do lado da «revolução»...

Não foram precisos anos para responder à questão colocada acima: três meses após a redacção deste estudo, o regime socialista checoslovaco, incapaz de opor a mínima resistência à ofensiva da direita nacional e internacional, ruía. Assistimos a importantes movimentos de massas em Praga. No Ocidente, forças que iam da extrema-direita ao trotskismo, passando pela social-democracia, saudaram «o povo que tomou nas mãos o seu destino» e aclamaram «a revolução de veludo».

Para os marxistas era evidente que esse povo, completamente desorientado pela chuva de propaganda de direita e pela capitulação vergonhosa de todos os que se mascaravam de comunistas, marchava de olhos fechados na esteira das bandeiras da Restauração e do Antigo Regime. Ninguém dirá que os dirigentes da contra-revolução checa não tinham anunciado o que aí vinha. Já em 15 de Outubro de 1988, todas as grandes figuras da Carta 77 e de outros grupos de oposição – Rudolf Battek, Jiri Dienstbier, Vaclav Havel, Jaroslav Sabata, Ludvik Vaculik e uma centena de outros – haviam assinado um Manifesto do Movimento pela Liberdade cívica.

Eis as teses essenciais. «*O pluralismo económico é impossível sem pluralismo político. Só uma transformação do sistema político pode abrir o caminho a uma reforma económica verdadeiramente radical que libertaria as empresas do jugo da burocracia centralizada.*» «*Somos pelo pluralismo de diversas formas de propriedade e de decisão.*» E, após haver assinalado as formas autogestionárias e cooperativas, o Manifesto afirma: «*O pleno restabelecimento da empresa privada é inelutável nos domínios do comércio, do artesanato, das pequenas e médias empresas.*» «*A economia checoslovaca deverá integrar-se, de maneira natural, na economia mundial, baseada na divisão internacional do trabalho.*»⁴⁴

A reacção do trotskista Petr Uhl a este Manifesto da contra-revolução de veludo foi muito significativa: enquanto se declarava solidário com as intenções fundamentais, julgou oportuno não assinar um texto tão comprometedor. Uhl reafirmou o seu acordo com os signatários, por «*uma discussão de todos os problemas políticos no respeito do pluralismo.*»⁴⁵ O pluralismo de Uhl engloba, portanto, toda a gama das forças pró-capitalistas e pró-imperialistas. Trata-se, disse Uhl, «*de unir todos os adversários do centralismo burocrático e do stalinismo*», a fim de «*nos libertarmos do isolamento dogmático e da hegemonia burocrática*», em suma, libertar-se do que ele chama o «socialismo real».

Entretanto, o Manifesto é tão francamente de direita que não deixa praticamente lugar aos pequenos truques de demagogia que constituem o contributo específico de Petr Uhl para a

⁴⁴ *Inprecor*, n.º 283, 1989, p. 24.

⁴⁵ *Ibidem*, p. 26-30.

contra-revolução. É assim que é obrigado a constatar: «*Trata-se de uma plataforma liberal-democrata próxima do Partido Liberal alemão e dos liberais ingleses.*» «*A pretensão do Movimento para a Liberdade Cívica de coordenar todas as actividades políticas democráticas independentes tem um carácter totalitário.*»

Mas esta acutilante análise não impede o trotskista de continuar a fazer olhos bonitos aos seus amigos do pluralismo anticomunista.

Ele lembra que muitos dos signatários têm «*um passado socialista no melhor sentido da palavra*» e saúda no Manifesto «*a reivindicação da autogestão nas grandes empresas*», que não ultrapassa o quadro do accionariado operário da senhora Thatcher.⁴⁶

Assim, a direita checa proclama alto e bom som a sua vontade de restauração, mas passeia com ostentação um pequeno apêndice cor-de-rosa que oferece à admiração de uma certa «esquerda». Um punhado de trotskistas, sem a menor preponderância sobre as massas, esforçar-se-á para manter a ficção de que a direita, massiva e agressiva, age segundo a linha da «*revolução política antiburocrática*» de Trótski!

Depois da vitória da contra-revolução e da aplicação do Manifesto que ele próprio classificou de liberal, Uhl declara: «*Poder-se-á discutir em que medida a teoria de Trótski da revolução política foi justificada. Penso que é na Checoslováquia que a realidade é a mais próxima desta teoria*».⁴⁷ E o homem, que não brilha por grande inteligência, põe-se a explicar esta «*revolução política*»: «*Enquanto de tratar de afirmar que se é contra o “comunismo”, contra o stalinismo, contra a burocracia, toda a gente está de acordo.*»⁴⁸ Bela descrição da frente unida de todo o arco-íris anticomunista! «*Havia aqueles que viam na Carta 77 um passo na direcção da revolução política – era o meu caso; outros viam nela um meio de propagar a palavra de Cristo. Era um verdadeiro laboratório de tolerância.*»⁴⁹ Para derrubar e destruir o socialismo (fosse um socialismo vigoroso e forte ou um socialismo doente e minado), os clérico-fascistas, os nacionalistas reaccionários, os agentes da CIA e os sociais-democratas dão as mãos e, claro, fazem prova de uma grande «*tolerância*» em relação aos pseudo-socialistas que vêm reforçar a sua agitação a golpes de citações de Trótski.

A famosa «*revolução antiburocrática*» da IV Internacional teve assim o seu baptismo de fogo da prática. Revelou num ápice o seu carácter puramente demagógico. A sua substância reduziu-se a frases pomposas de consonância de esquerda, para maquilhar um processo contra-revolucionário. Um exemplo brilhante: o grupo de Mandel saúda o 12 de Janeiro de 1990: «*o brusco acesso à vida política de centenas de milhões de homens e de mulheres dos países de Leste*».⁵⁰ Onze meses mais tarde, vê-se obrigado a confessar, de passagem, que esta frase pomposa não corresponde a nada. Em 23 de Novembro de 1990, escreve: «*Segundo Petr Uhl, não haveria senão algumas centenas, talvez milhares de militantes do Fórum a nível regional e local*». «*O movimento estudantil, que foi em larga medida o motor dos acontecimentos de Novembro de 1989, já não existe.*»⁵¹

O acesso à vida política das massas significa, em linguagem marxista, que as massas se tornam conscientes dos interesses históricos da sua classe, que elas se organizam num partido marxista-leninista e que tendem a instaurar a ditadura popular contra as forças do imperialismo, do capitalismo e da burocracia. Mandel fala do acesso à vida política das massas

⁴⁶ Ibidem.

⁴⁷ *Inprecor*, n.º 304, 1990, p. 26.

⁴⁸ Ibidem

⁴⁹ *Inprecor*, n.º 300, 1990, p. 8.

⁵⁰ Ibidem.

⁵¹ *Inprecor*, n.º 319, 1990, p. 4.

no momento em que elas seguem uma direita ébria de vingança. Este «acesso à vida política» foi realizado na Checoslováquia, em Novembro de 1989, no seio do Fórum Cívico, dirigido por Havel, cujas ligações com a CIA não são segredo para ninguém. Segundo Pavel Pechacek, chefe da secção checoslovaca da *Radio Free Europe*, financiada pelo governo americano, a influência da sua rádio na evolução dos países de Leste é manifesta. «*Tivemos sempre um papel importante. Segundo o dirigente da revolta estudantil em Bratislava, foi a Free Europe que deitou fogo à pólvora. Tivemos sempre contactos estreitos com Havel, Carnogursky e Dientsbier, que são hoje membros do nosso governo mas que, durante anos, trabalharam para nós como correspondentes independentes*». Em 20 de Novembro de 1989, Pechacek recebeu um visto de entrada da embaixada checa em Bona. «*Não consigo compreender, disse ele. Havel recusava-se a acreditar que eu o esperava em Praga, e Petr Pithart dizia que queria tocar-me antes de acreditar.*»⁵² Tais são as personagens que «acordaram as massas para a vida política»...

Em Outubro de 1990, Vaclav Klaus foi eleito para chefiar o Fórum Cívico. Klaus, que se ligara a Havel em 1968, durante a Primavera de Praga, tornou-se num dos seus principais conselheiros. Desde há longos anos, Klaus mostra a sua admiração por Milton Friedman e por Hayek, os dois economistas mais destacados da direita americana, que se pronunciam por uma «*economia de mercado sem qualquer adjetivo*».⁵³ O acesso das massas à vida política é portanto dirigido pelos admiradores de Reagan.

Estas verdades, toda a imprensa internacional as havia amplamente exposto no início de 1990. É assim, com conhecimento de causa, que Mandel continuou, em Março deste ano, a louvar um processo tendo por programa a restauração do capitalismo. «*Em alguns Estados-satélites*», declarou Mandel em 21 de Março de 1990, a um jornal bolsista belga, «*a passagem para um modelo absolutamente ocidental é impossível, mas esse não é o caso em países como a União Soviética e a Checoslováquia.*»⁵⁴

O grupo de Mandel sabe perfeitamente que a esmagadora maioria da Carta 77 e, depois, do Fórum Cívico se situa entre a direita *retro* e a direita *disco*. Uniu-se a estes indivíduos num ódio comum ao comunismo. E com a desenvoltura de um homem pouco esperto, Petr Uhl confessa que continuará solidário com esta direita enquanto os últimos restos do sistema socialista não forem eliminados! Comentando o modo como os chefes do Fórum Cívico se lançam sobre os lugares lucrativos, Uhl declara: «*Há uma corrida aos postos de ministros ou de deputados, por processos antidemocráticos. Por agora critico isso de maneira, digamos, educada, porque o antigo regime não foi ainda batido*».⁵⁵ Um dos seus próximos, Fiser, também ele co-fundador da Carta 77, confessa: «*Havel não é o democrata que os media apresentam. O seu programa reduz-se a imbecilidades pseudo-humanistas. Os seus conselheiros, alguns dos quais de convívência com a CIA, isolam-no de toda a crítica das outras tendências no seio do Fórum Cívico.*»⁵⁶ Bela confissão, esta, de que o Fórum é dominado pelos partidários obtusos da ordem burguesa. E como é ridícula a queixa de Fiser de que os agentes da CIA impedem o querido Havel de ouvir as críticas da «esquerda» do Fórum! Essa pseudo-esquerda foi utilizada para influenciar certos meios progressistas no Ocidente. Uma vez que a restauração triunfou definitivamente, esses marginais perderam todo o valor.

⁵²*NRC-Handelsblad*, 13 de Janeiro de 1990.

⁵³ *The Wall Street Journal*, 6 de Março de 1990, «Trague's Free market Minister».

⁵⁴ *De Financieel Economische Tijd*, 21 de Março de 1990, Ernest Mandel: «Gorbatjov is te vergelijken met Roosevelt».

⁵⁵ *Inprecor*, n.º 300, 1990, p. 8.

⁵⁶ *La Gauche*, 3 de Outubro de 1990, «Fiser, co-fondateur Charte 77».

E no entanto, mesmo após a restauração, um homem como Uhl continuará a servir a direita vitoriosa! Em Fevereiro de 1990, fazendo o panegírico da «revolução democrática», Uhl detecta no seio uma ala tecnocrática, maioritária, e uma ala «autogestionária» que tem a sua preferência. *«Ou aqueles que se empenharam na luta revolucionária tentam canalizar todo o processo revolucionário nas calhas do Estado, ou então tentam institucionalizar ou mecanismos sociais não estatais. Ou as pessoas são organizadas pelo Estado, ou então auto-organizam-se.»*⁵⁷ Escolher entre Estado e autogestão é uma velha pecha anarquista. O Estado é sempre um instrumento da ditadura de uma classe e Uhl contribuiu para a restauração completa da ditadura da burguesia. Esta demagogia sobre a autogestão acabou em farsa grotesca quando o nosso autogestionário foi promovido à chefia da Agência de Notícias Checoslovaca (CTK), a voz oficial da nova Checoslováquia burguesa! Desde Fevereiro de 1990, Uhl dirige os 1700 empregados da CTK, para informar o público das benfeitorias dos Havel e dos Klaus! Aquele que, ontem ainda, elogiava a autogestão, afirma hoje que o Estado representa a sociedade... *«Subentende-se geralmente que, se dependemos do Estado, apoiamos o governo. O que não é exactamente o caso. Devemos, é claro, “respeitar” o governo, mas se há um conflito é antes um comité parlamentar que deve decidir, porque o parlamento representa mais o Estado do que o governo. Temos a tarefa de divulgar as informações sobre a sociedade checoslovaca no estrangeiro. Isso diz respeito ao Estado checoslovaco porque ele representa neste momento a sociedade checoslovaca.»*⁵⁸ Assim, o trotskista Uhl tornou-se no porta-voz oficial das forças que antes qualificava de burguesas-liberais... Será difícil encontrar melhor ilustração do conteúdo real da «revolução política antiburocrática».

⁵⁷ *Inprecor*, nº 304, 1990, p. 26.

⁵⁸ *Ibidem*, p. 27.

Lista de nomes

(acrescentada pela edição portuguesa)

Arendt, Hannah (1906-1975), filósofa alemã de origem judaica, radica-se nos EUA, trabalhando como jornalista e professora. Desenvolve a teoria do totalitarismo (1951), conceito no qual engloba tanto o nazismo como o comunismo. Foi aluna de Martin Heidegger.

Battěk, Rudolf (1924), filósofo checoslovaco, participou na revolta de Praga em 1945 e foi deputado à Assembleia Nacional da República Checa. Adepto da «Primavera de Praga», foi um dos signatários da Carta 77 e activista de vários movimentos anti-socialistas. Na «revolução de veludo», destaca-se como dirigente do Fórum Cívico.

Brzezinski, Zbigniew Kazimierz (1928), de origem polaca, foi conselheiro da Segurança Nacional dos EUA durante a presidência de Jimmy Carter (1977-81). Inspirador de várias operações da CIA, nomeadamente no Afeganistão, e defensor de políticas de isolamento da URSS, por exemplo através da normalização das relações com a China, do apoio aos dissidentes do campo socialista, etc., ideias que continuou a materializar enquanto colaborador da administração Reagan.

Bush, George Herbert Walker (1924), 41.º Presidente dos EUA (1989-1993), foi embaixador na ONU (1971-1973), director da CIA (1976-1977) e vice-presidente sob a presidência de Ronald Reagan (1981-1989).

Čarnogurský, Ján (1944), advogado checoslovaco, signatário da Carta 77, activista nos meios da igreja, representou a ala democrata-cristã da oposição anticomunista.

Carter, James Earl, (1924), conhecido como Jimmy Carter, foi o 39.º Presidente dos EUA (1977-81). Democrata, fez-se eleger governador da Geórgia, o seu estado natal, entre 1971 e 1974. Mediou a assinatura do acordo de Camp David, entre o Egipto e Israel, o tratado do Canal do Panamá, estabeleceu relações com a China, assinou o tratado sobre a limitação de armas estratégicas (SALT-II), qual depois se recusou a ratificar.

Castro, Fidel Alejandro Castro Ruz (1926), educado num colégio de jesuítas em Havana, conclui a licenciatura em Direito em 1950. Em 1952 candidata-se ao Parlamento pelo Partido do

Povo Cubano (Ortodoxo), mas as eleições são anuladas na sequência do golpe de Fulgencio Batista. Forma um grupo de resistentes em torno de jornal clandestino, o qual comanda no assalto ao Quartel Moncada em Santiago de Cuba e de Céspedes (Bayamo), em 26 de Julho de 1953, fundando depois o Movimento Revolucionário 26 de Julho (M-26-7). Amnistiado em 1955 graças a um enorme movimento popular, exila-se no México, de onde parte, em 2 de Dezembro de 1956, a bordo do iate *Granma* com dezenas de combatentes, para se instalar na Sierra Maestra e aí formar o Exército Rebelde Cubano, o qual levará à vitória em 1 de Janeiro de 1959, dando início à revolução cubana.

Chirac, Jacques René (1932), conservador francês, foi primeiro-ministro da França de 1974 a 1976 e de 1986 a 1988. Foi presidente da Câmara de Paris (1976-95). Em 1995 foi eleito presidente da França, cargo que ocupou até 2007.

Dienstbier, Jiří (1937-2011), membro do PC Checoslovaco desde 1955, foi jornalista na imprensa e na rádio entre 1958 e 1969. Expulso do partido após a «Primavera de Praga», é um dos signatários da Carta 77. Após o derrubamento do regime socialista, tornou-se ministro dos Negócios Estrangeiros (1989-1992). Alto representante da ONU na ex-Jugoslávia, foi eleito senador do Partido Social-Democrata checo em 2008.

Dubček, Alexander (1921-1992), filho de pai operário emigrado na URSS, foi no país dos soviets que recebeu a sua educação entre 1925 e 1938. Membro do Partido Comunista desde 1939, participa na insurreição nacional eslovaca no Outono de 1944, tornando-se funcionário do partido em 1949. Em 1968 torna-se primeiro secretário do CC do PC da Checoslováquia e inicia um conjunto de reformas para a restauração do capitalismo no país. Em 1970 é expulso do partido. Em 1989, já reformado, participa activamente na contra-revolução e torna-se presidente da Assembleia Federal.

Fabius, Laurent (1946), membro do Partido Socialista Francês desde 1974, integra o governo em 1981 como ministro do Orçamento, cabendo-lho a criação do imposto sobre fortunas, abolido em 1987 por Jacques Chirac. Ocupou o cargo de primeiro-ministro entre 17 de Julho de 1984 e 20

de Março de 1986.

Fišer, Zbyněk, pseudónimo Egon Bondy, (1930-2007), poeta e romancista dissidente checoslovaco. Foi signatário da Carta 77. Após a «revolução de veludo», aproxima-se de grupos trotskistas, maoístas e anarquistas.

Friedman, Milton (1912-2006), economista norte-americano, adepto do liberalismo económico, foi conselheiro do ditador chileno Augusto Pinochet e muitas das suas propostas foram aplicadas pelas administrações de Nixon e de Reagan.

Giscard d'Estaing, Valéry René Marie Georges (1926), conservador francês, exerceu o cargo de presidente da República Francesa de 1974 a 1981. Entre 2002 e 2003 foi presidente da Convenção para o Futuro da Europa, que redigiu o projecto de Constituição Europeia aprovado em 2004 pelos chefes de Estado e de Governo da União Europeia.

Hájek, Jiří (1913 -1993), membro do Partido Social-Democrata desde jovem e a seguir à II Guerra do Partido Comunista da Checoslováquia, cujo CC integrou entre 1948 e 1969. Diplomata desde 1955, representou o seu país nas Nações Unidas (1962-65) e foi ministro dos Negócios Estrangeiros no governo de Dubcek. Subscrive a Carta 77 e após o derrubamento do socialismo torna-se conselheiro de Dubcek (1990-92).

Havel, Václav (1936), filho de uma família de empresários acusados de terem colaborado com o nazismo, inicia-se como escritor de peças de teatro logo a seguir ao serviço militar, conseguindo levá-las à cena durante os anos 60. Para o seu teatro do absurdo, inspira-se no pensamento de Martin Heidegger e não esconde a sua hostilidade ao regime, dirigindo uma carta aberta ao presidente Gustáv Husák, em 1975. Mais tarde é um dos impulsionadores da Carta 77 e porta-voz dos movimentos anti-socialistas. Preso entre 1977 e 1989, torna-se o líder do Fórum Cívico e logo presidente interino da Checoslováquia, eleito pela Assembleia Federal então composta por 80 por cento de deputados comunistas. É reconduzido ao cargo em Julho de 1990, mas demite-se em 1992, na sequência da cisão entre checos e eslovacos. Volta a ser eleito em Janeiro de 1993, ficando em funções até 2003.

Hayek, Frederick August von (1899-1992), economista austríaco, para o qual uma economia é um sistema demasiado complexo para poder ser planeado por uma instituição central, devendo por

isso evoluir espontaneamente, por meio do livre mercado.

Heidegger, Martin (1889-1976), filósofo alemão, inscreveu-se no partido nazi (*NSDAP*) em 1 de Maio de 1933, após a subida ao poder de Hitler, sendo posteriormente nomeado reitor da Universidade de Freiburg, onde pronunciou o discurso da auto-afirmação da universalidade alemã.

Kautsky, Karl (1854-1938), dirigente do Partido Social-Democrata Alemão e da II Internacional. Inicialmente marxista, mais tarde renegado da teoria revolucionária, torna-se ideólogo do centrismo. Depois da Revolução de Outubro na Rússia, manifesta-se contra a ditadura do proletariado, o Partido Comunista e o Estado Soviético.

Klaus, Václav (1941), formado em economia, torna-se quadro do Banco do Estado em 1970 e colaborador do Instituto de Previsões da Academia das Ciências em 1987. Só entra na política depois de 1989, chegando ainda a ser ministro das Finanças da Checoslováquia. Em 1991 funda o Partido Democrático Cívico (ODS), que representa a direita liberal, e vence as legislativas de 1992, partilhando a liderança do governo federal com o seu homólogo eslovaco, Vladimír Mečiar. Em 1997 é obrigado a demitir-se, mas ascende ao cargo de presidente da República Checa em Fevereiro de 2003, tendo sido reeleito em 2008.

Kolder, Drahomir (1925-1972), mineiro, ocupa vários cargos no PC Checoslovaco a partir de 1945. Membro do CC desde 1958, secretário do CC do desde 1962, presidente da Comissão do CC para a Economia, foi deputado da Assembleia Nacional (1960-69). Foi um dos dirigentes que subscreeu o pedido de intervenção do Pacto de Varsóvia durante a «Primavera de Praga». Em 1969 torna-se presidente da Comissão de Controlo do Povo (equiparado a ministro). Em 1989 foi postumamente expulso do partido.

Kreisky, Bruno (1911-1990), membro do Partido Social-Democrata da Áustria desde os tempos de estudante, exila-se na Suécia durante a ocupação nazi. Após a guerra entra para o governo como sub-secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros em 1953, sendo titular da pasta em 1959. Entre 1970 e 1983 foi chanceler da Áustria. Foi o primeiro chefe de governo ocidental a receber Yasser Arafat e a reconhecer a OLP como o representante legítimo do povo palestino.

Kuroń, Jacek Jan (1934-2004), um dos líderes da oposição anticomunista polaca, fundador do Comité de Defesa dos Operários (*KOR*), em 1976. Aderiu ao Partido Operário Unificado da Polónia em 1952, mas em 1964 escreve uma carta aberta em que critica a classe burocrática no poder e defende a realização de um referendo para alterar o sistema político e económico. Junta-se ao *Solidarnosc* em 1980. Após o derrubamento do regime socialista, foi ministro do Trabalho nos governos de Tadeusz Mazowiecki e de Hanna Suchocka (1989-90 e 1992-93), bem como deputado ao parlamento (1989-2001).

Litynski, Jan (1946), participante nas manifestações estudantis de 1968 na Polónia, foi várias vezes preso por actividades hostis ao regime socialista. Fundador de publicações ilegais, activista do Comité de Defesa dos Operários (*KOR*) entra para o *Solidarnosc* em 1980, sendo um dos dirigentes que participam nas negociações da Mesa Redonda em 1989, que põem fim ao socialismo. No mesmo ano é eleito deputado ao parlamento polaco, funções que exerce até 2001. Actualmente é conselheiro do presidente da Polónia.

Mandel, Ernest Ezra (1923-1995), nascido na cidade alemã de Frankfurt, tornou-se membro da IV Internacional (trotskista) em 1940, na Bélgica, onde os pais, judeus polacos, se tinham refugiado. Depois da II Guerra ingressa na central sindical belga FGTB e integra o Partido Socialista Belga, de onde é expulso em 1964. Funda mais tarde a Liga Revolucionária dos Trabalhadores (1971), que dará origem ao Partido Operário Socialista (1984) e depois à Liga Comunista Revolucionária, secção da IV Internacional.

Michnik, Adam (1946), historiador, jornalista, opositor ao regime socialista na Polónia desde os anos 60. Foi um dos fundadores do Comité de Defesa dos Operários (*KOR*), em 1976, redactor de publicações ilegais, entrando para o *Solidarnosc* em 1980. Várias vezes preso, participa nas negociações da Mesa Redonda em 1989, ano em que funda o jornal *Gazeta Wyborcza*, hoje o mais influente diário do país. Deputado ao parlamento (1989-91), retirou-se da política activa para se dedicar ao seu grupo de imprensa, *Agora SA*.

Miodowicz, Alfred (1929), membro do partido desde 1959, do CC entre 1986 e 1990, do *Bureau* Político (1985-86). Foi presidente da

Federação dos Sindicatos dos Metalúrgicos (1983-87) e da União Nacional de Sindicatos (1984-1991), membro do Conselho de Estado (1985-86), deputado ao parlamento (1985-89), participou nas negociações da Mesa Redonda, em 1989, em representação do governo.

Mitterrand, François Maurice Adrien Marie (1916-1996), secretário do Partido Socialista Francês desde 1971, foi presidente da França durante 14 anos (1981-95). Ferido e feito prisioneiro aquando da invasão da França pelos nazis, evade-se e trabalha inicialmente para o governo de Vichy. Liga-se depois à resistência e participa na libertação de Paris em Agosto de 1944. Entre 1944 e 1957 ocupa diversas pastas em sucessivos governos, sendo eleito deputado nas eleições de 1946. Candidata-se à presidência em 1965 pela primeira vez e esteve na origem da fusão de diversos pequenos partidos para formar, em 1969, o PS francês.

Mlynář, Zdeněk (1930-1997), intelectual checoslovaco, próximo de Dubcek, foi o autor do manifesto lançado em Maio de 1968, intitulado «Para uma organização política democrática da sociedade». No exílio na Áustria foi signatário da Carta 77. Nos anos 50 estudou Direito em Moscovo, onde conheceu e se tornou amigo íntimo de Gorbatchov.

Münnich, Ferenc (1886-1967), soldado do exército austro-húngaro, foi feito prisioneiro pelas tropas russas em 1915 e enviado para um campo de concentração em Tomsk, onde adere ao partido bolchevique em 1917. Combate na guerra civil ao lado do Exército Vermelho; de regresso à Hungria, participa na efémera República dos Sovietes proclamada em 21 de Março de 1919, exilando-se em vários países após a sua derrota. Participou na guerra civil de Espanha e na II Guerra, participando nas fileiras do Exército Vermelho na batalha de Stalingrado. Membro do *Bureau* Político do Partido Socialista Operário Húngaro (1957-65), foi titular das pastas dos Assuntos Internos (1956), da Defesa (1957-58) e presidente do Conselho de Ministros (1958-61).

Němec, Jiří (1932), filósofo checoslovaco de inspiração cristã, foi um dos iniciadores da Carta 77 e activistas da Comissão de Defesa das Pessoas Injustamente Perseguidas (VONS), criada em 1979 com Jan Tesař. Em 1983 exila-se em Viena, regressando a Praga em 1990.

Nothomb, Charles-Ferdinand (1936), político belga, membro do Partido Social-Cristão (PSC), de

que foi presidente em dois períodos (1972-79 e 1996-98), deputado e titular de várias pastas governamentais na primeira metade dos anos 80 e presidente da Câmara dos representantes (1988-95).

Nyers, Rezso (1923), membro do Partido Social-Democrata desde 1940 e do Partido Socialista Operário Húngaro a partir da fusão em 1948. Integra o CC em 1957 e o *Bureau* Político em 1962. Foi ministro das Finanças, secretário do CC para a Economia, afirmando-se como um defensor das reformas de mercado que começam a ser aplicadas em 1968, sob o governo liderado por Jenő Fock. Deputado à Assembleia Nacional entre 1958 e 1989, presidiu à Comissão das Reformas em 1987, voltando a integrar o governo como ministro de Estado. Em 1989 participa na dissolução do partido e na sua refundação como Partido Socialista Húngaro, do qual é eleito primeiro presidente. Após a restauração do capitalismo, foi deputado ao parlamento entre 1990 e 1998, tornando-se secretário-geral da Associação dos Bancos Húngaros em 2000.

Orzechowski, Marian Odon, (1931), historiador e politólogo, reitor da universidade de Wrocław (1971-75) e da Academia de Ciências Sociais adjunta ao Comité Central (1984-86), foi secretário do CC do Partido Operário Unificado Polaco (1981-83 e 1988-90) e membro do *Bureau* Político de 1986 a 1990. Eleito deputado em 1989, chefiou a bancada comunista até à dissolução do partido

Pechacek, Pavel, (1940) jornalista checo, iniciou-se na Rádio da Checoslováquia em 1965. Em Setembro de 1968 emigra, entrando para a secção checoslovaca da *Radio Free Europe*, que vem a dirigir em 1985 e onde continua a trabalhar como assessor do presidente da estação norte-americana.

Pelikán, Jiří (1923-1999), jornalista checoslovaco, entrou para a juventude comunista em 1939. Presidente da União dos Estudantes (1955-63), director da televisão checoslovaca, foi deputado ao Parlamento entre 1964 e 1969. Na sequência da «Primavera de Praga», de que foi um dos promotores, é afastado da televisão e colocado na Embaixada de Roma, onde acaba por pedir asilo político, radicando-se em Itália. Entre 1979 e 1989 foi deputado no Parlamento Europeu, eleito pelo Partido Socialista Italiano.

Pithart, Petr (1941) advogado checoslovaco, membro do partido comunista (1960-68),

activista da «Primavera de Praga», um dos signatários da Carta 77. Em 1989 tornou-se num dos proeminentes líderes do Fórum Cívico. Foi primeiro-ministro da Federação Checoslovaca (1990-92) e primeiro presidente do Senado (1996-98 e 2000-2004). Em 1998 tornou-se membro da União Cristã-democrática.

Rakowski, Mieczyslaw (1926-2008), historiador, jornalista, aderiu ao Partido Operário Polaco em 1946 (Partido Operário Unificado Polaco (POUP) em 1948), integrando o CC a partir de 1975. Em Setembro de 1988 é nomeado primeiro-ministro pelo presidente Jaruzélski, funções que exerce até Agosto do ano seguinte. Em Julho de 1989 foi eleito primeiro secretário do POUP. Nestas funções aceita a participação dos comunistas no governo de Tadeusz Mazowiecki, que toma posse com o apoio dos 150 deputados comunistas. Em 24 de Janeiro de 1990 promove a dissolução do POUP e cria o Partido Social-Democrata que é rapidamente renomeado Aliança da Esquerda Democrática.

Reagan, Ronald (1911-2004), formado em artes, economia e sociologia, inicia a sua carreira profissional em 1937 como locutor de rádio e pouco depois como actor no cinema e na televisão. Entra para a política activa no início dos anos 60, quando era porta-voz do grupo *General Electric*. Membro do Partido Democrático transita em 1962 para o Partido Republicano. Governador da Califórnia (1967-75), chega à presidência dos EUA em 1981, cargo que abandona em 1989, afectado pela doença de Alzheimer.

Rocard, Michel, (1930), socialista francês, foi primeiro-ministro da França, entre 10 de Maio de 1988 a 15 de Maio de 1991. Desde 1994 é deputado no Parlamento Europeu, membro do grupo parlamentar do Partido Socialista Europeu.

Sabata, Jaroslav (1927), funcionário do partido na década de 60, foi expulso em 1969, tornando-se um dos líderes dos dissidentes. Signatário da Carta 77, integra a Assembleia Federal (1989) e o governo (1990). Mais tarde adere ao Partido Social-Democrata Checo.

Sik, Ota (1919-2004) economista reformista checoslovaco, começou por criticar a cópia do modelo de industrialização soviético, o excesso de planificação e a falta de qualificação dos gestores nomeados pelo partido; defendeu a descentralização da planificação, a autonomia das unidades de produção, a aplicação da lei da oferta e da procura na fixação dos preços e a liberdade

das empresas para despedir trabalhadores como factor de eficácia de gestão; acabou por chegar à ideia fundamental de que tais reformas económicas não podiam realizar-se sem correspondentes mudanças nas estruturas políticas e administrativas do país. Após a subida de Alexander Dubcek à liderança do partido, em Janeiro de 1968, Sik é nomeado vice-primeiro-ministro, tornando-se um dos principais agitadores da contra-revolução.

Suharto, Hadji Mohamed (1921-2008), general indonésio, foi presidente do país entre 1967 e 1998, na sequência de um golpe de Estado sangrento(1965), apoiado da CIA, durante o qual se calcula que tenham sido massacrados cerca de dois milhões de pessoas, essencialmente comunistas e democratas. Em 1975 as suas tropas invadem Timor-Leste, onde são dizimados de 200 pessoas até 1999.

Teilhard de Chardin, Pierre (1881-1955), padre jesuíta, teólogo, filósofo e paleontólogo francês, cuja obra pretende conciliar a ciência do mundo material com as forças sagradas do divino e a sua teologia.

Tesař, Jan (1933), historiador e dissidente checoslovaco, subscritor da Carta 77. Entrou para o partido comunista em 1966, abandonando-o dois anos depois na sequência da «Primavera de Praga». Mais tarde abandona o país e vive na Alemanha e em França.

Thatcher, Margaret Hilda, conservadora britânica, foi primeira-ministra entre 1979 e 1990. Subiu à liderando partido em 1975, aplicando já no governo um severo programa de redução das despesas sociais e de privatizações, assente nos pressupostos do liberalismo e do monetarismo, que reduziu o poder de compra das massas e fez triplicar o desemprego. A sua governação ficou ainda marcada pela violenta repressão da heróica greve dos mineiros (1984), pela introdução de impostos regressivos, o *poll tax*, que provocou uma vaga de contestação social sem precedentes, levando à sua demissão em Novembro de 1990.

Tito, Josip, verdadeiro apelido Broz (1882-1980), nascido no reino da Croácia e da Eslovénia, aderiu ao partido social-democrata em 1910. É ferido em 1915, durante a I Guerra Mundial, e feito prisioneiro da Rússia. Em Outubro de 1917 entra para a guarda vermelha e participa na revolução em Omsk. Adere ao Partido Comunista da Jugoslávia (PCJ) em 1920, então na clandestinidade. Preso em 1928 é libertado em

1934, altura em que é eleito para o CC e para o *Politburo*. Trabalha na IC em Moscovo entre 1935 e 1936. Em 1937 torna-se líder do PCJ. Comandante supremo das forças armadas e destacamentos de guerrilheiros (1941-45) é eleito presidente do Comité Nacional de Libertação da Jugoslávia em 1943, ocupando os cargos de presidente do Conselho de Ministros e ministro da Defesa (1945). A partir de 1948 assume posições revisionistas e anti-soviéticas, que levam ao corte de relações com a URSS. Em 1974, no X Congresso, é eleito líder vitalício da Liga dos Comunistas Jugoslavos (designação adoptada em 1952 no 6.º Congresso) e recebe o mandato igualmente vitalício como presidente da Jugoslávia, cargo que ocupava desde 1953.

Uhl, Petr (1941), dissidente checoslovaco, subscritor da Carta 77 e um dos fundadores do Comité de Defesa das Pessoas Injustamente Perseguidas. Eleito deputado para a Assembleia Federal pelo Fórum Cívico (1990-92), foi director da Agência de Notícias Checoslovaca (1990-94) e funcionário das Nações Unidas para os Direitos Humanos (1991-2001). Teve um papel activo na «revolução de veludo», tendo divulgado, através da *Radio Free Europe* a falsa informação, sobre a morte de um estudante universitário, de nome Martin Šmíd, alegada vítima da repressão policial da manifestação estudantil de 17 de Novembro de 1917. A notícia, que chocou a sociedade e terá acelerado o derrubamento do regime socialista, revelou-se mais tarde ser pura ficção. Tal estudante nunca existiu.

Vaculik, Ludvik (1926), escritor e jornalista checoslovaco, membro do partido comunista (1948-68), foi apoiante da «Primavera de Praga» e autor do manifesto «Duas Mil Palavras», em que apelava ou à resistência popular em caso de intervenção militar, através de manifestações e greves. Signatário da Carta 77, promoveu uma série de publicações clandestinas anti-socialistas.

Vandervelde, Émile (1866-1938), professor universitário de Sociologia, foi um dos principais dirigentes do Partido Socialista Belga desde a sua fundação em 1885. Foi presidente do *Bureau Socialista Internacional*, destacando-se pelas suas posições de direita no panorama da época do socialismo europeu. Em 1900 pronunciou-se contra o reconhecimento imediato do direito de voto das mulheres, apesar de tal reivindicação constar no programa do seu partido. Em 1914 aceita participar no governo como ministro dos

Negócios Estrangeiros, de 1918 a 1921 é ministro da Justiça e volta aos Estrangeiros entre 1925 e 1927.

Walesa, Lech (1943), electricista, funda o *Solidarnosc*, em Agosto de 1980, na sequência das greves operárias nos estaleiros navais de Gdansk, que se torna na testa-de-ponte da restauração do capitalismo na Polónia. A sua actividade anticomunista valeu-lhe o prémio Nobel da Paz

em 1983: Após o derrubamento do socialismo, é eleito presidente da Polónia (1990-95) por uma ampla maioria. Porém, em 1995 é batido por Aleksander Kwaśniewski, candidato do Partido Social-Democrata e antigo ministro comunista. Em 2000 volta a candidatar-se, mas recolhe uns escassos 1,01 por cento dos votos. Decide então retirar-se da política.